Em 2023, SUS descartou 257 mil medicamentos dos Yanomami

Remédios vencidos e 'sem tempo hábil para uso' foram herdados da gestão anterior, diz ministério; alguns eram de alto custo

ANDRÉ SHALDERS GABRIEL DE SOUSA

Ao longo de 2023, a unidade do Sistema Único de Saúde (SUS) voltada aos indígenas da etnia Yanomami, em Roraima, jogou fora centenas de milhares de medicamentos que perderam a validade. Dentre esses remédios, há pelo menos um lote de uma droga de custo elevado. Foram jogađas fora 1.690 unidades de Paxlovid, um antiviral para combate à covid-19, vendido a quase R\$ 5 mil a caixa - no mercado, a quantidade descartada sairia a quase R\$ 250 mil. Foram ainda descartados outros insumos, como milhares de testes rápidos de covid-19 e de HIV. Os Yanomami são um foco de preocupação em saúde pública nos últimos anos.

Os medicamentos foram descartados pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI-YY), subdivisão do SUS voltada ao atendimento da etnia em regiões de Roraima e do Amazonas. As informações sobre o descarte foram dadas pelo próprio DSEI-YY, por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI). A resposta inclui dois conjuntos de tabelas; no maior, as unidades de medicamentos descartados somam mais de 257 mil itens.

De longe, as drogas com maior quantidade descartada são a ivermectina (até 48.228 comprimidos) e a cloroquina (até 12.580). As duas drogas foram apostas do governo de Jair Bolsonaro (PL) contra a covid-19 na pandemia, embora não exista comprovação da efetividade delas no tratamento da doença. A cloroquina é também usada contra malária, doenca comum na região.

A situação dos Yanomami voltou à cena neste ano, quando dados do Ministério da Saúde (MS) mostraram um possível aumento da mortalidade na etnia no primeiro ano do governo Lula (PT). Segundo os dados, foram 363 óbitos em 2023, ante 343 em 2022. Para líderes indígenas as mortes na região ocorrem principalmente por causa da ação de garimpeiros ilegais na área, expondo os indígenas a doenças e a atos de violência. Além das doenças, os Yanomami sofrem com desnutri-

Remédio caro Houve descarte de 1.690 unidades de Paxlovid; caixa com 30 comprimidos custa entre R\$ 4,6 mil e R\$ 4,8 mil

ção e fome. Em janeiro de 2023, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, determinou investigação de possível crime de genocídio contra os Yanomami por parte do governo Bolsonaro.

TABELAS. Ao responder aos questionamentos, o DSEI-YY enviou dois conjuntos de tabelas: o primeiro é um resumo de todos os medicamentos vencidos descartados ao longo de 2023, até a data da resposta, em outubro. Neste primeiro conjunto, os remédios descartados somam pouco mais de 150 mil itens, incluindo 43.412 comprimidos do vermífugo ivermectina. O segundo conjunto inclui pouco mais de 50 tabelas de me-



Tabelas e ofícios obtidos pelo 'Estadão' confirmam o descarte

dicamentos descartados ao longo do ano de 2023, somando 257,686 itens.

Cada tabela nesse segundo conjunto é acompanhada de um ofício, assinado por uma farmacêutica, informando a Divisão de Atenção à Saúde Indígena sobre o descarte. Do total jogado fora, 86% perderam a validade ao longo de 2023, mas há também medicamentos vencidos em anos anteriores (até 2015) e ainda dentro da data de validade. "Trata-se o presente expediente referente à solicitação de descarte de resíduos de serviços de saúde (...), conforme a planilha anexa", diz um oficio, datado de marco de 2023.

Alguns dos lotes presentes no segundo conjunto de tabe-

las também constam do primeiro. Portanto, não é possível somar os dois. No segundo conjunto de tabelas, há menção a 48.228 comprimidos de ivermectina e 12.580 de cloroquina. O primeiro medicamento tem validade de dois anos, e o segundo, de três anos - o que sugere que os estoques foram comprados ainda durante o governo Bolsonaro.

Num dos casos, há o registro de descarte de 1.690 unidades de Paxlovid 150mg da Pfizer. Cada caixa do antiviral contra covid-19, com 30 comprimidos, sai entre R\$ 4,6 mil e R\$ 4,8 mil. Mesmo que as "unidades" sejam comprimidos, não caixas, o valor total dos medicamentos jogados fora seria de pouco

mais de R\$ 250 mil, considerando precos de mercado.

Os materiais descartados incluem ao menos 1.910 testes rápidos de covid-19 e medicamentos relativamente caros, como ampolas do analgésico citrato de fentanila. Neste caso, cada conjunto de 50 ampo-las é vendido a R\$ 473 – o documento fala em 3.350 dessas, ou seja, pouco mais de R\$ 31 mil foram perdidos só neste medicamento. Há ainda 152 testes rápidos de HIV/Aids. Cada um vendido nas farmácias entre R\$ 53,50 e R\$ 99. Para tratar e compilar os dados de medicamentos descartados, a reportagem usou a ferramenta Pinpoint, do Google.

O DSEI-YY tem sede na capital Boa Vista (RR), mas o órgão inclui 37 polos base e 78 Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI), que atendem quase 28 mil indígenas de 366 aldeias.

FALTA, NÃO EXCESSO, Segundo o líder indígena Júnior Hekurari Yanomami, morador da comunidade Surucucu, o principal problema enfrentado pela etnia durante o governo Bolsonaro foi a falta de medicamentos - não o excesso. "Em 2020, nós Yanomami cobramos muito, avisamos muito que o medicamento estava faltando na Terra Indígena Yanomami. Muita gente, muitas criancas morreram por falta de medicamento. Antibióticos, azitromicina, de febre, e outros. Naqueles anos, 2020, 2021, 2022, faltou medicamento na comunidade. E profissionais, também. Na época, denunciamos à PF e eles desco-briram que havia desvios de medicamentos", diz ele, que é presidente da Urihi Associação Yanomami.

Ao Estadão, o Ministério da Saúde disse que herdou do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) estoques de medicamentos "sem tempo hábil para distribuição e uso". Disse também buscar reestruturar as políticas de saúde indígena "evitando desperdícios e garantindo a distribuição de acordo com a necessidade".

Para especialista, descarte em massa de remédios pode configurar crime

Ao Estadão, o professor emérito da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Gerson Pianetti afirmou que o descarte massivo dos medicamentos sugere uma "falta de planeja-mento" e "irresponsabilidade" por parte dos gestores.

"Tudo isso se chama planejamento, um planejamento responsável para evitar que um medicamento que custa tanto para ser preparado se perca por uma bobagem dessas, de

não cuidar devidamente de como deveria ser feito", disse.

O especialista, que atuou no Ministério da Saúde durante a década de 1980, explicou que os agentes da saúde pública costumam trocar os medicamentos com outros municípios quando o prazo de validade está próximo, sendo essa uma prática feita para evitar o desperdício dos produtos. De acordo com Pianetti, o descarte em massa pode configurar crime de saúde pública pelo prejuízo no tratamento dos indígenas e também um delito ambiental por causa da contaminação do terreno em que os fármacos foram despejados.

'FAZENDO FALTA', "É uma questão muito grave. São medicamentos que estão fazendo falta no tratamento das pessoas e isso configura, para mim, um crime. Não se sabe também como esses medicamentos estão sendo descartados, então pode até se configu-

rar um crime ambiental também por conta da contaminação do terreno", disse Pianetti.

Segundo o professor emérito da UFMG, o descarte de medicamentos que tiveram a embalagem danificada também pode revelar irregularidades no planejamento da DSEI-YY. De acordo com Pianetti, as caixas de medicamentos podem sofrer alterações internas quando são armazenadas em locais impróprios, principalmente com exposição ao sol e umidade.

"Se os medicamentos chegam à Secretaria de Saúde estadual e não têm um local adequado de armazenamento, com temperatura e umidade controladas, você está forcan-

do esses medicamentos a se deteriorarem", afirmou. Segundo o Ministério da Saú-

de, para mitigar a perda de insumos, foi instituído, em 2023, um comitê permanente para

Possível crime

Descarte pode acarretar prejuízo no tratamento dos indígenas e até delito ambiental, diz professor

monitorar a situação e adotar ações emergenciais como pactuação com Estados, municípios e DSEIs para racionalizar a distribuição do estoque atual, dando prioridade a itens de menor prazo de validade. •